

ALGUMAS FILIAÇÕES DE ROUSSEAU

Rapheël Larrère (INRA)

Tradução: Saulo Henrique Souza Silva

Resumo: Este texto trata da questão das "novas tecnologias", ou seja, essencialmente das biotecnologias e das nanotecnologias. Refutar-se-ão dois pontos de vista opostos. O primeiro (em geral, tecnofilo) considera que toda técnica é moralmente boa: só o seu uso é suscetível de avaliação moral. O segundo (em geral, tecnofóbico) vê nas novas tecnologias transgressões de tal ordem natural que se tem o direito a opor-se por princípio a essas operações técnicas e às pesquisas científicas que as tornam possíveis.

Palavras-chave: Rousseau – estado de natureza – natureza selvagem – tecnologia.

Sem dúvida vós tendes encontrado pessoas que se satisfazem em qualificar de “rousseauístas” os sonhos e as utopias de um possível retorno àquela harmonia primitiva que foi o estado de natureza. Trata-se de um mal-entendido e o próprio Rousseau tivera tomado cuidado em uma nota¹ de poupar a seus detratores “a vergonha” de ver em sua teoria o menor convite a “retornar a viver na floresta com os ursos”. Talvez ele estivesse inspirado a se precaver igualmente de alguns de seus admiradores.

Da liberdade à dependência, do estado de natureza à sociedade

Na primeira parte do *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade*², Rousseau não pretende descrever a natureza tal qual ela era em sua origem. O estado de natureza “que não existe mais, que talvez não tenha existido, que provavelmente não existirá jamais”³ é uma ficção teórica. No desenvolvimento, Rousseau visa criticar os teóricos do direito natural que pretendiam derivar as regras do Direito a partir de uma sociabilidade natural do homem. Segundo Rousseau, o homem só é tornado sociável ao abandonar as florestas. Antes, quando

1 ROUSSEAU, J-J. *Discours sur l'origine et les fondements de l'inégalité*. Bibliothèque de la Pleïade, p. 207.

2 ROUSSEAU, J-J. *Discours sur l'origine et les fondements de l'inégalité*. Bibliothèque de la Pleïade, Tome III, Œuvres politiques pp . 111- 221.

3 ROUSSEAU, J-J. *Discours sur l'origine et les fondements de l'inégalité*. p. 130.

estavam no estado de natureza, os homens eram animais errantes, dispersos, sem projetos e “a face da terra não estava sujeita a essas mudanças bruscas e contínuas que causam as paixões e a inconstância dos povos reunidos”⁴.

A natureza segundo Rousseau é um estado estável, um equilíbrio sempre recomeçado. Nenhuma espécie está ameaçada de desaparecer: “a terra, abandonada à sua fertilidade natural e coberta de florestas imensas que o machado jamais mutilou, oferece a cada passo reserva de provisões e refúgios aos animais de toda espécie”⁵. Esses animais têm forças e fraquezas que se compensam e toda espécie está em face de seus predadores, na situação onde são suas próprias presas que, apesar do tributo que ela recebe, “não deixam de subsistir”⁶.

O homem é um animal entre os outros, ele coexiste com eles. “Considerando-o tal qual como deveria ter saído das mãos da natureza, escreve desse modo Rousseau, vejo um animal (...) vejo-o saciando-se sob um carvalho, matando a sede no primeiro riacho, encontrando o seu leito ao pé da mesma arvore que lhe forneceu sua refeição, e eis suas necessidades satisfeitas”⁷. A terra lhe fornece tudo o que é necessário à sua vida: ele “dispõe das forças suficientes para proporcionar aquilo que o satisfaria, nenhum excesso de suas forças sobre suas necessidades o engaja às empregar em outra coisa, nenhum excesso das necessidades sobre as forças provoca um desejo onde ele descobria sua fraqueza, sua dependência e sua infelicidade”⁸. Em equilíbrio com a natureza, o homem está em harmonia com ele mesmo: seu coração está em paz, seu espírito vazio, seu corpo está são. Aquilo que o distingue dos outros animais é a sua ausência de instinto, algo que o conduz a se apropriar de alguns animais. É assim que ele encontra sua pitaça, mas isso o faz um agente livre. Se a besta obedece à natureza – à sua natureza – o homem pode desobedecer ou enganar: “um escolhe ou rejeita por instinto e o outro por um ato de liberdade; por esse motivo a besta não pode se afastar da regra que lhe é prescrita mesmo quando lhe fosse vantajoso fazer, e que o homem se afasta frequentemente para seu prejuízo”⁹.

O estado de natureza possui um equilíbrio mecânico: ele não pode se reproduzir sem manter a identidade. Para que ele tenha um fim, para dar conta da ruptura do equilíbrio, Rousseau deve apelar para algumas causas exteriores ou contingentes: ele evoca catástrofes naturais, uma evolução do clima ou uma demografia muito dinâmica que teriam pressionado esses seres errantes que eram os homens em estado de natureza a se reunir e se identificar em

4 ROUSSEAU, J.-J. *Discours sur l'origine et les fondements de l'inégalité*. p. 136.

5 ROUSSEAU, J.-J. *Discours sur l'origine et les fondements de l'inégalité*. p. 135.

6 ROUSSEAU, J.-J. *Discours sur l'origine et les fondements de l'inégalité*. p. 136.

7 ROUSSEAU, J.-J. *Discours sur l'origine et les fondements de l'inégalité*. pp. 134 - 135.

8 Catherine Larrère, 1988: “Jean-Jacques Rousseau: la forêt, le champ, le jardin”. In A. Cadoret, *Chasser le naturel*. Paris, Editions de l'ÉHESS, pp. 23-61.

9 ROUSSEAU, J.-J. *Discours sur l'origine et les fondements de l'inégalité*. p. 141.

tribos¹⁰. É assim, pelo concurso fortuito de diversas causas contingentes, que os homens deixariam o estado de natureza, revelando então outra característica que os distingue dos animais: a aptidão a se aperfeiçoar.

Mas, desde que ele esteja afastado do estado de natureza, desde que seus desejos excedem suas necessidades de bípedes onívoros e suas capacidades físicas, o homem descobre sua fraqueza. Sua atividade animal se transforma em trabalho; sua indústria, por mais que ele não multiplique as “produções espontâneas da terra”, tende a “forçar” estas às suas “preferências”¹¹ e aos seus caprichos. Ele não vê mais a luz do dia, ele acumula e troca. A natureza jamais é perdida. Ela permanece, floresce no horizonte hipotético das origens... Porém, o homem entrou na história.

Desde o início da segunda parte do *Discurso*, Rousseau insiste sobre o gesto pelo qual os homens se excluem do estado de natureza: “o primeiro que, tendo cercado um terreno, se lembrou de dizer: isto é meu (...) foi o verdadeiro fundador da sociedade civil”¹². Por esse gesto, que inaugura apropriação e a desigualdade, a natureza é excluída e a economia natural que assegurava o equilíbrio do mundo é peremptoriamente batida. A história se abre à sociedade, ao comércio, à economia; e si os homens têm descoberto sua infelicidade, si a natureza perdida é, por sua própria fuga, objeto de seu desejo, eles não saberiam de qualquer forma retornar ao estado de natureza. Se os homens querem reencontrar a liberdade, a igualdade e independência que eles têm perdido ao abandonar as florestas, eles as substituirão pelo contrato social e a democracia. Mas como compensar a perda da natureza em si mesma, de suas riquezas e de seus encantos? Na verdade, o próprio Rousseau busca alguns bosques, aqueles retiros isentos das misérias do mundo social, onde ele poderia, com o espírito em paz, gozar de si mesmo e dos atrativos da natureza. Porém, como ele escreve no sétimo passeio dos *Devaneios*, não se trata na Europa que de escapadelas e rapidamente nos reencontramos em proximidade da civilização e de sua indústria. Igualmente, livre para procurar a ilusão da natureza, e mesmo a encontrar em um deserto conhecido para meditar e para se admirar com as belezas naturais. Esse lugar é o jardim de Julie, aquele que Rousseau descreve na décima primeira carta da quarta parte da *Nova Heloisa*¹³.

10 ROUSSEAU, J.-J. *Discours sur l'origine et les fondements de l'inégalité*. p. 168.

11 ROUSSEAU, J.-J. *Discours sur l'origine et les fondements de l'inégalité*. p. 145.

12 ROUSSEAU, J.-J. *Discours sur l'origine et les fondements de l'inégalité*. p. 164.

13 ROUSSEAU, J.-J. *La nouvelle Héloïse*. Bibliothèque de la Pleiade, Œuvres complètes, t. II, pp. 1-745, O jardim de Julie se encontra na 11ª carta da quarta parte que vai das páginas 470 à 488.

O jardim de Julie

O Jardim de Julie¹⁴ é uma natureza selvagem, luxuriante, que faz Saint Preux, navegante fatigado sobre os mares tropicais, crer que tem diante dos olhos as ilhas do Novo Mundo. Escondido por uma alameda coberta e fechada por uma densa cerca viva a qual, de qualquer lado que a abordemos, faz tomar seus acessos pela orla de um bosque, o jardim de Julie não é explorado desde o domínio de Clarens. Ao transpassá-lo por exceção, sempre fechado à chave, cremos estar em algum lugar às margens do lago *Léman*. Por esse cercado, impenetrável mesmo ao olhar, o jardim está situado fora do mundo, fora do domínio de Clarens, na economia da qual dizemos, entretanto, associar o útil ao agradável. Se as árvores desse antigo pomar ainda portam alguns frutos, não é para contribuir com a economia do patrimônio: se produz o bastante em Clarens; aqui, eles têm por único objetivo o usufruto. “Se vós imaginais quanto, no fundo de um bosque, nos encantamos às vezes que vemos um fruto selvagem e nos refrescamos, vós compreendeis o prazer que temos em encontrar nesse deserto artificial frutos excelentes e maduros, ainda que raro e de má aparência, isso que dá igualmente o prazer da procura e da escolha”¹⁵. Prazer pelo fruto colhido, em seguida comê-lo, arreouamento do espetáculo dessa natureza, do frescor, do marulho da água e do canto dos pássaros. Desse modo, para reencontrar a ilusão da floresta primitiva e daquela abundância natural à qual pôs fim o gesto da apropriação, foi preciso romper o espaço da economia — ali compreendido de economia doméstica — e conceber a cerca como lugar reservado a uma economia do prazer: “nesse lugar isolado temos sacrificado o útil ao agradável”¹⁶.

Porém, essa não é a natureza que tem retomado seus direitos no jardim de Julie. Precisava tornar selvagem aquilo que, oito anos mais cedo, não era mais que um pomar. “Aliás, a natureza parece querer furtar aos olhos dos homens seus verdadeiros atrativos, aos quais eles são muito pouco sensíveis, e que eles desfiguram quando os têm em seu alcance; é no cume das montanhas, no fundo das florestas, nas ilhas desertas que ela expõe seus encantos mais tocantes”¹⁷. Para ter o alcance de observá-la, explica Julie, é preciso então “lhe fazer violência” e a “forçar” a vir habitar perto dos humanos. Nós só podemos encontrar a natureza por meio de algum artifício; e se o cercado do jardim de Julie passa tal ilusão, é porque ele resulta de uma jardinagem conhecida como arte do natural.

14 Para uma análise mais profundada desse jardim ver: Louis Marin, 1976, “L’effet Sharawadji ou le jardin de Julie”. In: *Traverses*, 5/6, pp. 114-131 e Catherine Larrère, 1988: “Jean-Jacques Rousseau : la forêt, le champ, le jardin”. In: A. Cadoret, *Chasser le naturel*, Paris, Editions de l’EHESS, pp. 23-61

15 ROUSSEAU, J.-J. *La nouvelle Héloïse*. p. 470.

16 ROUSSEAU, J.-J. *La nouvelle Héloïse*. p. 473.

17 ROUSSEAU, J.-J. *La nouvelle Héloïse*. p. 479.

Sem expor em detalhes aquilo que Rousseau nos ensina dessa arte, evoquemos o ajuntamento no cercado do jardim de todas as plantas selvagens ou cultivadas dos campos circundantes e a combinação de paisagens vegetais. Aqui, algumas árvores têm sido abatidas, derrubadas e a clareira semeada de ervas e de flores dos prados. Lá, os pomares retirados têm sido substituídos por algumas “rosas de espinhos, framboesiras, groselheiras, algumas forradas de lilás, de aveleiras, de sabugueiros, de seringueiras, de *trifolium*, que [adornam] a terra e lhes dando o ar de ser inculta”¹⁸. Alhures, enfim, para simular uma floresta densa, o Senhor de Wolmar e sua gente têm utilizado algumas técnicas de mergulhia e, para tornar o sombreado mais “cerrado”, eles têm associado às árvores do vergel algumas plantas parasitas (clematite, madressilva, jasmim, vinha virgem e vinha da Judéia, lúpulo e campainha) as quais “guiadas ao longo das arvores, cercam sua cabeça das folhagens mais espessas e seus pés de sombra e de frescor”¹⁹. Evoquemos também os dispositivos de regato que bifurcam e se reúnem em um lugar onde, através das plantações de arbustos e das sementeiras de alguns cereais, têm atraído todos esses pássaros os quais, por meio de seus cantos, animam o jardim. Imaginemos enfim as múltiplas intervenções que têm tornado a cerca impenetrável ao olhar, abole toda linha reta, anula toda perspectiva e produz uma profusão irregular de curvas e de arabescos vegetais. E, portanto, esse jardim não apresenta nenhum traço de trabalho. Certamente, a vegetação tem apagados precisos, mas ele precisava também de algumas “tratantadas” graça às quais o Senhor de Wolmar tem tomado cuidado de eliminar toda a marca de intervenção. “O erro das supostas pessoas de gosto, explica ele a Saint Preux, é de querer a arte por toda parte e de jamais estar contente enquanto a arte não aparecesse; ao passo que é velado em que consiste o verdadeiro gosto; sobretudo quando está em questão as obras da natureza”²⁰.

“Algumas ervas comuns, arbustos comuns, alguns filetes de água sem apresto”²¹ são suficientes para tornar selvagem o antigo vergel. Essa arte do natural se inspira na natureza. A jardinagem que estão se servindo o Senhor de Wolmar e sua gente deixa à vegetação o cuidado de crescer, de se reproduzir, de se multiplicar, se contentando em orientar ou inclinar sua dinâmica espontânea. Julie pode então enunciar o princípio que ela tem seguido (ajudada nisso pelo Senhor de Wolmar) para realizar seu jardim: “a natureza tudo faz, mas sob minha direção, e não há nada ali que eu não tivesse ordenado”²².

18 ROUSSEAU, J.-J. *La nouvelle Héloïse*. p. 473.

19 ROUSSEAU, J.-J. *La nouvelle Héloïse*. p. 473.

20 ROUSSEAU, J.-J. *La nouvelle Héloïse*. p. 482.

21 ROUSSEAU, J.-J. *La nouvelle Héloïse*. p. 484.

22 ROUSSEAU, J.-J. *La nouvelle Héloïse*. p. 472.

Das posteridades de Rousseau sobre as maneiras de projetar a natureza

O *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade* põe em cena (e dramatiza) o gesto pelo qual o homem se excluiu da natureza, algo que conduz Rousseau a conceber essa natureza que acolheu antigamente um animal humano, mas cujo homem está ausente. Podemos deduzir que os homens são cada vez menos orientados a intervir no pouco que subsiste dessa natureza original, a qual eles não poderiam mais que perturbar os equilíbrios e a harmonia. Na descrição do jardim de Julie, Rousseau adianta que podemos, entretanto, reencontrar os encantos e a fisionomia dessa natureza, mas isso é possível apenas por artifício... Na condição em que esse artifício seja uma arte do natural. É assim que podemos empregar, sob a invocação do Rousseau do *Discurso*, todas as ações que, depois da segunda metade do século XIX, se propunham a proteger os últimos refúgios de natureza selvagem, essa natureza que os homens não teriam ainda perturbado; aquilo que os americanos chamam de *wilderness*. Mas podemos, do mesmo modo, (se bem que isso seja menos frequente) empregar sob a invocação do Rousseau d'*A nova Heloisa* e do jardim de Julie todas as ações que têm por objetivo gerir algum lugar natural, algumas paisagens já antropomorfizadas ou de reabilitar por gênio ecológico alguns territórios degradados.

Próximo ao final do Século XIX, um cisma divide os Estados Unidos, os defensores das florestas primárias, aquela natureza que os colonos desbravaram e destruíram com ardor. Sob a bandeira da “*conservation*” se reuniam aqueles que, como Gifford Pinchot, defendiam a “*wise use*”, o bom uso das florestas, a fim de administrar os recursos naturais de maneira durável. Sob aquela da “*preservação*” estavam os partidários de John Muir, defensores de uma natureza inviolada, preservada em sua pureza original, uma natureza sem o homem: a *wilderness*²³. De um lado, uma preocupação da eficácia racional e uma referência às necessidades das gerações futuras. De outro, um cuidado sentimental da natureza, que se alimenta no romantismo americano, em particular nas obras de Henry David Thoreau. Para Thoreau, preservar o selvagem — e então a *wilderness*, era também preservar o selvagem que está em nós (a *wildness*), essa aspiração à liberdade que é comum a todos os seres vivos e, portanto, aos homens²⁴.

A história posterior da proteção da natureza tem consagrado aos Estados Unidos a vitória dos preservacionistas: fundado por John Muir, o Sierra club tornaria a mais poderosa associação de proteção da natureza. Em 1963 o Estado Federal adota o *wilderness act*. Nessa lei, a *wilderness* é definida: “como um espaço onde a terra e a comunidade de vida não são entravadas pelo homem, onde o homem em si mesmo não é mais que um visitante temporário”.

23 NASH, Roderick. *Wildness and the American Mind*. Yale University Press, 1967 (4^e édition 2001).

24 THOREAU, H.D. *Walking, The great new wilderness debate*. p. 39.

Mas é também incontestado que essas florestas virgens, essa natureza primitiva preservada em sua pureza e em sua autenticidade é uma ilusão. A *wilderness* não existe mais após longos tempos sobre a terra. Os preservacionistas americanos teriam curiosamente esquecido que a natureza selvagem que eles admiravam tanto já estava modificada pelos povos ameríndios. Aliás, na América Latina, na África ou na Indonésia, nesses lugares onde a floresta primitiva poderia lhes parecer “virgem”, ela era habitada pelos povos autóctones que dela tiraram partido e que, após muito tempo, teriam contribuído para a diversidade das paisagens florestais²⁵. Nos países da velha civilização agrária, como a Europa, o norte da África, a Ásia Menor e a China, não restaria quase mais nada. Por conseguinte, recentemente, a política de preservação da *wilderness* tem sido criticada²⁶. Nos países tropicais, ela tem por muito tempo levado a eliminar ou a remover à força algumas populações autóctones para beneficiar os apaixonados da natureza selvagem, ou pior para os amantes de safári. Têm-lhe reprovados também o fato de se focar sobre os territórios com aparências selvagens, estritamente protegidos, e de deixar fazer não importa o quê por toda parte algures, nas zonas utilizadas para agricultura e exploração florestal, ou submetida a uma urbanização crescente.

É isso que explica a emergência ao final do Século XX de uma nova concepção de proteção da natureza mais fiel à Gifford Pinchot que a John Muir. Ela reclama os últimos desenvolvimentos da ecologia. No curso dos anos 90, os cientistas têm adotado uma concepção dinâmica da natureza: uma natureza que não é mais, como para os preservacionistas (fiéis ao Rousseau do *Discurso*), um equilíbrio sempre recomeçado, mas em constante evolução, com equilíbrio sempre provisório. A ecologia contemporânea insiste também sobre o fato que os lugares que nos rodeiam sejam salvos ou valorizados, são o produto de uma história onde se articulam perturbações naturais e interferências de origem humana. Esses desarranjos não são mais considerados como aquilo que é suscetível de destruir os equilíbrios naturais. São eles que estruturam alguns sistemas ecológicos que estão sempre em equilíbrio dinâmico²⁷.

Conjuntamente, algumas especialidades em pleno desenvolvimento (ecologia da paisagem, ecologia das perturbações, biologia da conservação, ecologia da restauração) têm desabrochado sobre as práticas de gênio ecológico, graça às quais podemos reabilitar alguns ambientes, os despoluir, os enriquecer de comunidades bióticas, ou conduzir sua dinâmica.

25 CRONON, William. “The Trouble with Wilderness, or Getting Back to the Wrong Nature”, In: W. Cronon (ed). *Uncommon Ground Rethinking the Human Place in Nature* (1996) London, Norton & Compagny, pp. 69-90.

26 Sobre o debate – às vezes muito vivo – do objeto da preservação da Wilderness, existem duas obras coletivas: CALLICOTT, J. Baird, and NELSON, Michael, P. (1998), *The Great New Wilderness Debate*. Athens, University of Georgia Press.

27 Blandin Patrick. *De la protection de la nature au pilotage de la biodiversité*. Versailles, Quæ. 2009.

Esse novo contexto científico e técnico modifica os objetivos tradicionais da proteção: não se trata mais de preservar uma natureza (virgem ou selvagem) das intervenções humanas. Trata-se, seja de manter o regime das perturbações que têm produzido o estado presente, seja de inflectir, de iniciar ou de entrar, em suma, de conduzir algumas trajetórias com o objetivo de chegar a um estado que temos boas razões de julgar preferível à situação atual (ou àquela direção que ela tenderia espontaneamente). Isso significa em particular que a nova concepção de proteção da natureza convida não somente a trabalhar para preservar alguns espaços selvagens de toda intervenção humana, mas a preocupar-se com a natureza banal — aquela dos campos ordinários, dos territórios periféricos e mesmo das cidades. Se houver os meios, em todo lugar é possível favorecer a manutenção e mesmo a prosperidade da diversidade biológica utilizando alguns dinamismos naturais.

Ora, todas essas práticas de condução dos processos naturais, essas múltiplas maneiras técnicas de compor com a natureza, como faríamos com um parceiro, essas artes de *faire-avec* ou de *faire-faire*²⁸, podem se alinhar sob a máxima de Julie: “a natureza tudo faz, mas sob minha direção”.

Nesse sentido, aqueles que gerenciam a biodiversidade, aqueles que restauram os meios ambientes degradados ou implantam “corredores ecológicos”, são então fiéis a Rousseau como não têm sido os preservacionistas (os quais ainda persistem em proteger das ações humanas uma ilusão da *wilderness*), mas eles são fiéis ao Rousseau da *Nova Heloisa*, naquilo que pode ser descrito como uma arte do natural. Si os primeiros são qualificados de “rousseauístas” (ao menos na França), os segundos o são do mesmo modo.

Recordamos, enfim, à guisa de conclusão, a posteridade do jardim de Julie em matéria de jardinagem. As mãos do jardineiro jamais se mostram no jardim de Julie, nada desmente a impressão da ilha deserta que tem penetrado Saint Preux: o artifício posto em cena tem sido anulado pela natureza. Tal foi também a ideia de William Robinson, um dos mais prestigiados paisagistas ingleses do século XIX: “dos prados cobertos de jacintos selvagens e de junquinhos, uma clematite pela metade dissimulada em uma envelhecida cerca e uma vinha virgem enlaçando uma árvore morta”²⁹. No prolongamento desse modelo de jardim selvagem, a criação mais inovadora, mas também a mais radical, é aquela do paisagista francês Gilles Clément. “Ao longo de certas estradas, encontramos alguns jardins involuntários. A natureza os tem feito. Eles não têm o ar de ser selvagens e, todavia, eles são. Um indício, uma flor particular, uma cor viva, os destacam da paisagem”³⁰, ele observa. Por que não orientar a

28 LARRERE, Raphaël: “Agriculture, artificialisation ou manipulation de la nature ?” In: *Cosmopolitiques*, n° 1, 2002n, pp. 158-173. Cf. também Larrère, Raphaël: “O gênio ecológico: o engenheiro ou o terapeuta”, dans Antônio dos Santos (org.), *Filosofia & natureza* – Editora UFS, 112-127.

29 ROBINSON, W. *The Wild Garden*. 1870.

30 CLÉMENT, Gilles. *Le jardin en mouvement – De la Vallée au Parc André Citroën*.

dinâmica da vegetação para criar alguns jardins? O objetivo de Gilles Clément é de promover uma grande diversidade florística, animada por uma grande variedade de insetos. O método é se deixar guiar pelos processos naturais, de os inflectirem o bastante para suscitar efêmeras composições florais. Jamais irrigar, nem adubar: as únicas intervenções permitidas são a tosquia e o talho. “O movimento do jardim que eu proponho se inspira no baldio que incita a floresta. Eu acompanho a jardinagem, eu humanizo o baldio, eu o torno viável para os homens, mas com todas as suas riquezas específicas”³¹ proclama assim Gilles Clément. Trata-se então de acelerar a instalação do inculto, depois dos silvados, de seguir o deslocamento das plantas, de multiplicar as orlas entre formações vegetais e de impedir a implantação de um estado florestal. O jardim em movimento não é feito contra a natureza, ele se faz com ela, com sua cumplicidade... “até esse ato último da jardinagem: nada fazer”.

Continuities from rousseau’s thought

Abstract: This paper addresses the issue of "new technologies", ie essentially biotechnologies and nanotechnologies. Refute will be two opposing views. The first (in general technophile), considers that every technique is morally good: but its use is susceptible to moral evaluation. The second (usually technophobic), sees the new technologies such transgressions of the natural order that has the right to oppose on principle to these technical operations and scientific investigations that make them possible.

Key-words: Rousseau – state of nature – wilderness – technology.

Referências bibliográficas

CLEMENT, Gilles. "Jardins en mouvements, friches urbaines et mécanismes de la vie", in Bernadette Lizet et Anne Elizabeth Wolf (ed): *Sauvages dans la ville - De l'inventaire naturaliste à l'écologie urbaine - Hommage à Paul Jovet*. JATBA, vol XXXIX, 1997.

LARRERE, Catherine, 1988 : “Jean-Jacques Rousseau: la forêt, le champ, le jardin”. In: A. Cadoret, *Chasser le naturel*. Paris, Editions de l’EHESS, pp. 23-61.

LARRERE, Raphaël: “Agriculture, artificialisation ou manipulation de la nature?” In: *Cosmopolitiques*, n° 1, 2002n pp. 158-173. Mais aussi Larrère, Raphaël: “O gênio ecológico : o engenheiro ou o terapeuta”, dans SANTOS, A. (org.) *Filosofia e natureza* – Editoria UFS, 112-127.

31 Gilles Clément: "Jardins en mouvements, friches urbaines et mécanismes de la vie". In Bernadette Lizet et Anne Elizabeth Wolf (ed): *Sauvages dans la ville – De l'inventaire naturaliste à l'écologie urbaine – Hommage à Paul Jovet*, JATBA, vol XXXIX, 1997.

LARRERE, Catherine, 1988: “Jean-Jacques Rousseau : la forêt, le champ, le jardin”. In: A. Cadoret, *Chasser le naturel*. Paris, Editions de l’EHESS, pp. 23-61

RODERICK, Nash. *Wilderness and the American Mind*. Yale University Press, 1967 (4^e édition 2001).

ROUSSEAU, Jean-Jacques, *La nouvelle Héloïse*. Bibliothèque de la Pleiade, Œuvres complètes, t. II, pp. 1-745, O MARIN, Louis, 1976, “L’effet Sharawadji ou le jardin de Julie”. In: Traverses, 5/6, pp. 114-131.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discours sur l’origine et les fondements de l’inégalité*. Bibliothèque de la Pleiade, Tome III. Œuvres politiques, pp. 111- 221.

THOREAU, H.D. *Walking, The Great New Wilderness Debate*, p. 39.

PATRICK, Blandin, 2009. *De la protection de la nature au pilotage de la biodiversité*. Versailles, Quæ.

WILLIAM, Cronon. “The Trouble with Wilderness, or Getting Back to the Wrong Nature”, In: W. Cronon (ed) *Uncommon Ground Rethinking the Human Place in Nature* (1996). London, Norton & Company, pp. 69-90.